

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Zé Reinaldo
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Zé Reinaldo

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Ivo Som

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Âguida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções de Afastamentos nº 115 a 127/2014 02

Atos Legislativos

Autógrafo à Emenda Constitucional nº 034/2014 03

Decreto Legislativo nº 001/2014 04

Decreto Legislativo nº 003/2014 04

Ata da 2279ª Sessão Ordinária - Íntegra 04

Ata da 2282ª Sessão Ordinária - Íntegra 10

Ata da Comissão de Constituição, Justiça e

Redação Final 11

SUMÁRIO

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralCHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

EXPEDIENTE

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS****RESOLUÇÃO Nº 115/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **ELIABE DA SILVA MARCOLINO**, Matrícula **011545** para viajar com destino a cidade de João Pessoa-PB, no período de 17.03 a 21.03.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto à Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO****3º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 116/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **PAULO RODRIGUES**, Matrícula **009902** para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 17.03 a 19.03.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto à Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO****3º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 117/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **ANTONIO MALVA NETO**, Matrícula **001050** e **FABIANA DA SILVA COSTA**, Matrícula **010250** para viajarem com destino a cidade de Belém-PA, no período de 13.03 a 22.03.2014, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO****3º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 118/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento dos servidores **LUBIANA DA SILVA NERY**, Matrícula **014071**, **THIAGO PERSCH**, Matrícula **013611** e **DEIVID DE FREITAS SILVA**, Matrícula **014076** para viajarem com destino ao município de Pacaraima, no período de 13.03 a 22.03.2014, com a finalidade de tratarem de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO****3º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 119/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento da servidora **ANDREIA MARGARIDA ANDRÉ**, Matrícula **009675** para viajar com destino a cidade de São Paulo-SP, no período de 13.03 a 21.03.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO****3º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 120/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO** para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 17.03 a 19.03.2014, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades parlamentar, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**Presidenta em Exercício****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO****3º Secretário****RESOLUÇÃO Nº 121/2014**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **HIVIENNE CARREIRO BATISTA GUIMARÃES**, Matrícula 014252 para viajar com destino ao município de São João da Baliza, no período de 12.03 a 17.03.2014, com a finalidade de realizar levantamento sobre as situações em que se encontram as estradas, escolas e postos de saúde daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 122/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **JANETE MARIA CARVALHO DE ARAÚJO**, Matrícula 014653 para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 12.03 a 17.03.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto ao Setor Administrativo da Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 123/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **TAINA FERREIRA DA SILVA RIOS**, Matrícula 014166 para viajar com destino ao município de Iracema, no período de 12.03 a 20.03.2014, com a finalidade de realizar visita junto às vicinais daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 124/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **KAREN SHEILA ROCHA SILVA**, Matrícula 009935 para viajar com destino ao município de Rorainópolis, no período de 12.03 a 20.03.2014, com a finalidade de realizar visita junto às vicinais daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014
Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 125/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **KEYLA VIEIRA DE MELLO LOPES AFONSECA**, Matrícula 013855 para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 12.03 a 16.03.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto ao Setor Administrativo da

Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 126/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **BELSASSAR ROBERTO LOPES**, Matrícula 012679 para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 12.03 a 21.03.2014, com a finalidade de participar de treinamento junto à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 127/2014

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **WILLIAM PEREIRA DIAS**, Matrícula 007581 e **HERLEM OLIVEIRA BENTO**, Matrícula 012730 para viajarem com destino ao município de Rorainópolis, no período de 12.03 a 21.03.2014, com a finalidade de realizarem levantamento sobre as situações em que se encontram as estradas, escolas e postos de saúde daquele município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

3º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 034, DE 11 DE MARÇO DE 2014.

Altera o art. 20-D da Constituição do Estado de Roraima.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA faz saber que o Plenário aprovou e ela, nos termos do art. 39, §3º da Constituição Estadual, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 20-D da Constituição do Estado de Roraima, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20-D. A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios; do Ministério Público; da Defensoria Pública; do Tribunal de Contas; dos detentores de mandato eletivo, e dos demais agentes políticos; bem como os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, aplicando-se como limite: nos Municípios, o subsídio do Prefeito; no Estado, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, limitado a 90,25% (noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Federal, limite aplicável aos membros do Ministério Público do Estado, membros da Procuradoria-Geral do Estado, membros da Defensoria Pública do Estado e membros do

Tribunal de Contas do Estado.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 11 de março de 2014.
 Dep. **AURELINA MEDEIROS**
 Presidente em exercício
 Dep. **JALSER RENIER**
 1º Secretário
 Dep. **REMÍDIO MONAI**
 2º Secretário

DECRETOS LEGISLATIVOS

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/14

Declara de Utilidade Pública a Colônia de Pescadores Z 1 de Roraima e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos da Lei Estadual nº 050, de 12.11.93, e sua alteração, a **Colônia de Pescadores Z 1 de Roraima**, CNPJ nº 05.933.015/0001-26, fundada em 1º de janeiro de 1977 e sediado à Av. Mário Homem de Melo, 3.836, Buritit, nesta capital, CEP: 69.309-139.

Parágrafo único. À entidade a que se refere o **caput** deste artigo são assegurados os direitos e vantagens constantes da legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 08 de janeiro de 2014.
 Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**
 Presidente
 Dep. **JALSER RENIER PADILHA**
 1º Secretário
 Dep. **REMÍDIO MONAI**
 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2014.

Dispõe sobre a suspensão dos efeitos do contrato administrativo 016/2013, realizado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN–RR e a empresa SEAGULL Tecnologia Ltda. e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos administrativos e financeiros do contrato administrativo 016/2013, firmado entre o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-RR e a empresa SEAGULL Tecnologia Ltda.

Art. 2º O contrato mencionado afronta os princípios da razoabilidade, moralidade, legalidade e proporcionalidade, aplicados aos atos administrativos em geral.

§1º A ausência da razoabilidade evidencia-se pelo valor da taxa cobrada do usuário e por aquele repassado à empresa contratada, verificando-se que o serviço é do DETRAN–RR.

§2º Proporcionalidade – Observa-se que, apesar de criada por lei, a taxa está vinculada ao licenciamento do veículo, o que a torna obrigatória, não havendo possibilidade do cidadão recusar o serviço.

§3º Torna-se imoral, por terceirizar um serviço de fiscalização que é típico do Estado para uma empresa que não detém Poder de Polícia, mas tão somente o interesse em arrecadar recursos que lhe são destinados.

§4º Legalidade – Ao permitir correção do tributo com índice próprio para atender apenas ao contratado e não ao interesse público da sociedade.

§5º Valorização do interesse privado sobre o interesse público, presente na valorização do contrato em face da contratada e em detrimento da sociedade.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 12 de março de 2014.
 Dep. **FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**
 Presidente em exercício
 Dep. **REMÍDIO MONAI**
 2º Secretário
 Dep. **MARCELO CABRAL**
 3º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2279ª SESSÃO, EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014.

47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.

(Em exercício)

Às nove horas do dia dezanove de fevereiro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima septuagésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Convido os Senhores Deputados Gabriel Picanço e Ionilson Sampaio para atuarem como Primeiro e Segundo Secretário ad hoc, respectivamente.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) - Há quórum Senhor Presidente, para o início dos trabalhos.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Ionilson Sampaio**) procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Proposta de Moção de apoio s/nº/14, do Deputado Ivo Som, pela rápida recuperação do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Deputado Chico Guerra.

Ofício nº 03/14, de 17/02/14, do Deputado Jânio Xingú, informando que estará ausente, para tratamento de saúde, no período de 18, 19 e 20/02/14.

Requerimento s/nº/13, da Comissão Especial Externa, criada por meio da Resolução nº 007/13, alterada pela Resolução nº 015/13, solicitando prorrogação por igual período para opinar e emitir parecer ao Relatório de Atividades do Diretor-Presidente da CAER.

Memorando nº 003/14, de 17/02/14, da Deputada **Ângela Á. Portella**, justificando sua ausência à sessão Plenária, por se encontrar em Manaus-AM, cumprindo agenda parlamentar.

Memorando nº 004/14, de 18/02/14, da Deputada **Ângela Á. Portella**, que estará ausente à Sessão Plenária, pois a mesma encontra-se em Manaus-AM, cumprindo agenda parlamentar.

EXTERNOS:

Ofício nº 113/14, de 12/02/14, do Tribunal Regional Eleitoral convidando para a inauguração, no dia 24/03/14, do prédio da 8ª Zona Eleitoral, com sede no Município de Rorainópolis, evento que contará com a presença do Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio.

Ofício nº 001/14, de 05/02/14, do Conselho Nacional do Ministério Público, comunicando aos parlamentares os extratos das decisões proferidas neste CNMP, para fins de viabilizar o acompanhamento dos trabalhos realizados.

Ofício Circular nº 002/14, de 12/02/14, do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima – CEDCAR, informando mudança de endereço para Av. Mário Homem de Melo, nº 2310, sala 33, Bairro Mecejana, SETRABES.

Ofício nº 030/14, de 14/02/14, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima – IPEM/RR, encaminhando exemplar do Jornal Interno do INMETRO e Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade, referente aos meses de novembro e dezembro de 2013.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda a chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – (Procedida à

chamada).

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores da Casa, todos aqui presentes, meu cordial bom dia.

Faço uso do Expediente, de maneira muito alegre e feliz, para informar a Vossas Excelências e ao povo do nosso Estado que fui novamente aclamado líder da oposição nesta Casa, função que me orgulha muito, por representar um seletivo grupo de deputados que tem trabalhado muito para atender as demandas do povo do nosso Estado, sobretudo daqueles que mais necessitam. Portanto, me sinto muito feliz por estar novamente liderando a oposição nesta Casa Legislativa e dizer para todos que o nosso trabalho continua sendo em respeito ao povo do nosso Estado e em respeito às demandas dessa gente.

Senhor Presidente, faço uso também para falar do setor produtivo do nosso Estado, tendo em vista que nós, ao utilizarmos a Tribuna, sempre falamos que o setor produtivo, o setor primário, deve ser prioridade em todo o governo, e até hoje efetivamente essa prioridade não foi efetivada. Estou aqui para falar especificamente sobre a questão da febre aftosa em nosso Estado, que vem prejudicando toda cadeia produtiva, não só aqueles que comercializam bovinos, mas toda cadeia produtiva do nosso Estado, os segmentos de combustíveis, os caminhoneiros que transportam os animais, a dona de casa que compra a carne. Todos os segmentos são prejudicados devido a essa situação pela qual passa o Estado na questão pecuária.

Estou aqui com o relatório do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Defesa Agropecuária e Departamento de Saúde Animal. Órgão aditado, Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima, período 09 a 13 de dezembro de 2013. Porém, só saiu o resultado em janeiro, é o mais recente. Tendo como autores o Senhor Daniel Vilela e Roberto Rausen. Eles são do Ministério da Agricultura.

Esse Relatório consta que o nosso Estado de Roraima está numa zona de alto risco para febre aftosa. Após uma análise minuciosa de todos os itens que são necessários para que baixemos o nível de risco, esse relatório conceituou cinco pontos. Esses pontos são os itens avaliados.

O conceito 1 é o item avaliado inexistente, ou existe de forma precária com grande quantidade de deficiências que o torna ineficaz no órgão, ou seja, são cinco pontos analisados nessa auditoria que trazem o resultado final para dizer se o nosso Estado sobe de nível, permanece no nível ou baixa do nível de febre aftosa.

Quero falar diretamente dentro do assunto desse contexto que são mais discutidos aqui na Assembleia Legislativa, na Agência de Defesa Animal, que os técnicos têm conhecimento e as pessoas comuns também, que é a questão do cadastro, gestão do cadastro pela unidade central. A unidade central é a ADERR. Esse é um dos pontos. Os critérios são: as evidências, os pontos fortes, os pontos fracos e depois vem a votação dos cinco itens.

Cadastro, evidências: não ficou evidenciada qualquer gestão da sede sobre o cadastro dos produtores. Continuam as diferenças entre os quantitativos informados ao Ministério da Agricultura e Pecuária e aqueles disponibilizados pelas unidades locais. Enfim, eles não têm consenso quanto à quantidade de animais aqui no nosso Estado.

A ausência de cadastro geral informatizado, onde todas as unidades possam consultar o mesmo, minimizando o duplo cadastramento. Gravíssimo esse ponto.

Ponto forte: inexistente. Ponto fraco, a ausência de controle de cadastro pela unidade central e inconsistência nas informações enviadas ao Ministério da Agricultura.

Cadastro de propriedade, evidências. Esse é outro ponto. O cadastro está despadronizado e incompleto, e faltam dados dos produtores. Constatado atraso de discrepâncias injustificáveis nos lançamentos de trânsito e vacinas. Lançamento de trânsito e vacina.

Lançamento de trânsito sem estoque, fora de ordem cronológica; informações de propriedades localizadas em outras unidades, estando esses cadastros em uma unidade. Estando esses cadastros em uma unidade X devido à proximidade geográfica.

Não existe exatidão de confiabilidade nas informações cadastrais. Foi verificado ainda número inconsistente de produtores.

A unidade de Mucajaí apresentou diferentes totais de propriedades, sendo um quantitativo informado, ou na reunião inicial, ou pelo responsável pela unidade e outro identificado nos relatórios de vacinação. Situação detectada em auditorias anteriores.

Pontos fortes: inexistente. Ou seja, não existe nenhum ponto forte, nem um ponto que esteja sendo trabalhado pelo governo do Estado, através da ADERR, no sentido de tirar o nosso Estado desse grau de risco que hoje se encontra.

Ponto fraco: na finalização do cadastro, principalmente nas áreas indígenas, não disponibilização dos cadastros das propriedades localizadas em municípios que possuem escritório de atendimento em comunidade.

Estão aqui os 10 pontos fracos. Se eu for citar, tomo meu tempo todo.

Vamos para um ponto interessante. Cadastro de áreas de risco, evidências. Ficou evidenciada a dificuldade dos médicos veterinários em discorrer parâmetros, a serem seguidos para o cadastramento das áreas de risco.

Pontos fortes: inexistentes. Pontos fracos: desconhecimento da maioria dos técnicos quanto aos parâmetros para cadastramento de áreas de riscos.

Ausência de ações da unidade central, ou seja, da ADERR, para correção do problema. E olha que vieram quatro milhões no ano passado de recursos federais para o convênio e o Governo do Estado deixou voltar por incompetência, por não operar esses recursos, por parte da Agência de Defesa Animal.

Outro ponto que eu gostaria de destacar. Controle de aglomeração de animais, os eventos que acontecem quando tem animais.

Evidência: nos poucos eventos realizados foram constatadas falhas que poderiam colocar em risco o sistema produtivo de Roraima. A legislação em vigor não é observada em vários aspectos, como prazos, estrutura mínimas, restrições relativas à vacinação.

Todos os entrevistados demonstraram não dominar as normas que regem os eventos com animais em Roraima. Os entrevistados são os técnicos que compõem hoje a ADERR.

Pontos fortes: inexistentes. Pontos fracos: desconhecimento da legislação pelos técnicos responsáveis.

Ainda pontos fracos: Ausências de visitas prévias aos locais de eventos; falta de acompanhamento e padronização de ações a nível central.

Vigilância em propriedades de alto risco. Evidência: a atividade está relegada em segundo plano. As metas distribuídas pela central não estão sendo cumpridas. Os técnicos entrevistados tiveram dificuldades em elencar a importância da atividade de vigilância em propriedades em áreas de risco, apesar de recente treinamento recebido.

Pontos fracos: vigilância realizada num número reduzido de propriedades de áreas, e ausência da percepção dos técnicos da importância desse instrumento de trabalho.

Vigilância passiva: Veja bem, Deputado Chicão, evidências. O sistema de notificações está baseado na ausência de informações. As informações semanais não são verificadas e são realizadas mensalmente. Olha que persiste o problema apontado em auditorias anteriores. Em vários pontos os auditores reclamam que estão persistindo os problemas apontados em auditorias anteriores. Portanto, não estão sendo tomadas as providências para retirar o nosso Estado ou diminuir os riscos de febre aftosa.

Capacidade de atendimento e suspeitas de doenças vesiculares. Evidência: falta de material básico de atendimento a suspeitas. Em nenhum escritório o material estava apto ao uso. O líquido estava conservado inadequadamente, faltava desinfetante e equipamentos de uso veterinário. Também não havia placas de interdição ou outros materiais imprescindíveis a outros atendimentos emergenciais, ou seja, não estão capacitados os técnicos e ainda não têm material que possa subsidiar esse tipo de atendimento. Vacinação, que é o mais discutido no nosso Estado, evidências no que diz respeito ao planejamento de controle nas etapas de vacinação: não ficou demonstrado um planejamento a nível estadual para realização da campanha, com exceção das áreas indígenas, realizado com acompanhamento e o apoio do Ministério da Agricultura e, ainda, não estava concluído. Em momento algum o órgão, a ADERR, demonstrou ser capaz de nos dar um resultado parcial da vacinação. Nas unidades locais ficou comprovada a ausência de atividades de campo para a fiscalização da vacinação que, quando existente, se resume a poucas propriedades, sem um critério técnico que embase cientificamente a escolha das mesmas. Ficou evidenciado o alongamento das campanhas sem que a ADERR determine os prazos legais para o início de atuação dos inadimplentes que, também, não têm suas vacinações fiscalizadas. Houve aplicação de somente 23 atuações por falta de vacinação em abril de 2013, de um total de aproximadamente 6.500 propriedades com bovinos, no entanto, foi informado pelo Ministério da Agricultura o registro de 5.819 propriedades. Os relatórios de vacinação continuam sendo confeccionados com base nos relatórios anteriores, ou seja, copiados de modo a não refletir o rebanho real existente, o que torna duvidoso os informes da vacinação, Deputado Erci. Esse relatório é gravíssimo.

Controle, Fiscalização de Vacinação Evidências: foi constatado que a cobertura vacinal tem aumentado gradativamente no Estado, mas o acompanhamento das campanhas ainda é insuficiente, não havendo, por exemplo, nenhuma estratégia específica para regiões com baixos índices vacinais. As propriedades com vacinação assistidas não são elencadas por critérios técnicos definidos. Em alguns escritórios os percentuais de vacinação assistidas ainda não estavam disponíveis. Vou para as considerações finais. A evolução do Estado de Roraima junto ao Programa

Nacional de Erradicação da Febre Aftosa se dará à medida que a Defesa Sanitária Animal seja tratada como prioridade pelo Governo do Estado, uma vez que a pecuária é um dos pilares econômicos do Estado. O segmento rural organizado esteve presente no início dos trabalhos de auditoria, onde ficou clara a necessidade de organização do Fundo Emergencial e o apoio às ações da ADERR, visando o avanço ao PNEFA, que é o Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa. A aprovação da nova estrutura da ADERR pela Assembleia Legislativa do Estado, apesar de alguns artigos estarem equivocados e necessitarem de maior debate com a sociedade, como as atribuições específicas de médicos veterinários descritos como atribuições de técnicos de nível médio ou superior, que não são veterinários, e a aprovação do Plano de Cargos e Salários representam grandes avanços e sinalizam o compromisso da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima com a Vigilância Sanitária. Portanto, a Assembleia Legislativa tem feito sim a sua parte quando, agora em dezembro, nós votamos rapidamente uma lei no sentido de atender as exigências dessa auditoria. Mas não avançamos Doutor Erci, em pontuação alguma. É tanto que dos cinco níveis que nós fomos aqui pontuados, que dizem respeito à estrutura organizacional, nós tivemos três pontos. O três significa: o item avaliado existe, porém, com deficiência que prejudicam, mas não comprometem a atuação do órgão. O transporte, dois pontos: o item avaliado existe, porém com deficiência que compromete a atuação do órgão. Gestão de cadastro, um ponto: o item avaliado é inexistente ou existe de forma precária com grande quantidade de deficiência que o torna ineficaz no órgão.

Doutor Erci, nós não tivemos nenhuma pontuação de quatro ou cinco. Quatro: o item avaliado existe, com algumas deficiências menores que não prejudicam a atuação do órgão, ou o conceito cinco: o item avaliado existe de forma adequada no órgão e existem ações continuadas para a melhoria. Ou seja, nós não tivemos nenhuma avaliação do conceito cinco, só um, dois e três e obtivemos 57 pontos. Na avaliação anterior, foram 45, subimos para 57 e, no mínimo, para continuarmos iguais ao Estado do Amazonas, deveríamos estar com 81 pontos. Fomos mal avaliados e ficamos proibidos de exportar bovinos para o Estado do Amazonas, exceto, quando atendemos o período de quarentena. Portanto, não está liberado, como disseram os técnicos da ADERR, o transporte e a comercialização de animais bovinos para o Estado do Amazonas. Isso foi em dezembro. Houve agora uma reunião com autoridades do Estado de Roraima. Assunto: zona livre de febre aftosa. Isso foi em Brasília. Estiveram presentes a ADERR, o Governo do Estado, o Governo Federal e a Secretária do Ministro Antônio Andrade, que, após essa reunião, esteve no nosso Estado. Essa reunião foi para falar sobre a febre aftosa, sobre esse relatório que estava aqui, e algumas autoridades aqui do Estado pleitearam junto ao Ministério que pudéssemos, politicamente, resolver a situação, mas o Ministério disse: “Não, politicamente não se resolve, temos que tomar atitudes técnicas, porque devemos respeito aos demais estados e aos consumidores”. Portanto, é preciso que algumas recomendações sejam atendidas. Recomendações estas, do relatório de auditoria do Ministério de Agricultura do Governo Federal, que a ADERR Deputados, insiste em não tomar nenhuma providência. Tanto é que não melhoramos em hipótese alguma, e ainda está proibida a comercialização de animais bovinos para o Estado do Amazonas. E, agora, tem uma previsão de prazo, por exemplo, realização urgente de concurso público de forma adequada com a forma de trabalho da ADERR. A demanda do serviço, fevereiro de 2014. Esse é o prazo. Equipar, de forma urgente e prioritária todas as unidades veterinárias com INTERNET, abril de 2014. Adotar medidas que completem o cadastramento agro produtivo do Estado, gerando informações auditáveis e confiáveis, fevereiro de 2014. O término é em junho de 2014. Enfim, são várias as recomendações feitas ao Governo, que terá que tomar providências e Vossas Excelências sabem que o setor agropecuário tem uma importância essencial no desenvolvimento econômico do nosso Estado. Depois dessa reunião nada foi resolvido. Deputado Gabriel Picanço, houve, por parte do Estado, um convite: o Ministro da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, Antônio Andrade e o Governador do Estado de Roraima, José de Anchieta, convidam para o ato de assinatura do plano de ação referente às recomendações do relatório de auditoria ao Programa Nacional de Erradicação e Prevenção à Febre Aftosa. Trouxeram um Ministro que já vai sair do Governo para Boa Vista, como um engodo para dar uma satisfação à sociedade de maneira leviana e mentirosa, mentindo para os produtores deste Estado. Esse Ministro não tomou um posicionamento no sentido de melhorar as condições do nosso Estado no que tange à febre aftosa, até porque não compete a ele e não é uma ação política, é uma ação técnica. O que temos que fazer é melhorar as ações no campo quanto à questão do cadastramento de vacinação e controle para assim podermos erradicar a febre aftosa e não levar em conta essas ações politiqueras que servem apenas como engodo. São ações mentirosas. Portanto, o Governo do Estado mais uma vez mente para o povo do nosso Estado quando traz um Ministro aqui a reboque, pelas mãos do Senador Romero Jucá, para mentir ao povo

do nosso Estado. Aqui, quero dizer que todo o setor produtivo com várias associações e os pequenos produtores fizeram um documento para o Ministro e não tiveram retorno algum. O documento foi encaminhado ao senhor Antônio Eustáquio Andrade de Oliveira, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tendo como assunto a assinatura do plano de ação referente às recomendações do relatório de auditoria para erradicação e controle da febre aftosa. Assinado pelas entidades relacionadas do setor produtivo do Estado de Roraima, que vêm respeitosamente perante Vossa Excelência expor e ao final requerer o que segue: Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o relatório de auditoria realizada pelo Departamento de Saúde Animal da ADERR, no período de 09 a 13 de dezembro, que constatou que o Estado de Roraima, através sua Agência de Defesa, não cumpriu as exigências do Ministério da Agricultura, desta forma comprovando-se a ineficiência e a falta de comprometimento do Governo de Roraima perante o setor produtivo e o Ministério de Pecuária e Abastecimento. Há mais de dez anos os produtores vêm sendo convocados para as campanhas de vacinação dos seus rebanhos, cumprindo-se assim suas obrigações, entretanto, nenhum resultado tem sido obtido no sentido de avançarmos no status com o Ministério, portanto, a questão está além da vacinação. Verifica-se o descaso do Governo de Roraima no âmbito de sua gestão, razão pela qual a mera assinatura de mais um plano de ação pode representar apenas mais um ato político que pode terminar em mais uma frustração. Assim sendo, os produtores, que são os mais prejudicados neste contexto, vêm perante a Vossa Excelência sugerir que seja implantado no Estado o Programa “Agulha Oficial”, gerido pelo Ministério de Agricultura, por uma etapa de vacinação pelos próximos seis meses, similar ao que foi feito no vizinho Estado do Amazonas. Para tanto, as entidades abaixo assinadas, juntamente com um mutirão de produtores, compromete-se em ajudar. As propostas aqui apresentadas não diminuem as agências cabíveis, a Agência de Defesa Agropecuária, pelo contrário, a própria agência deverá obrigatoriamente ser parceira neste processo. Está assinando o documento a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima, a Cooperativa Agropecuária de Roraima – COPECARNE, o sistema OCB/SESCOR, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Roraima, Associação dos arrozeiros de Roraima, Cooperativa de Produção Agropecuária do Extremo Norte Brasileiro GRÃO NORTE, Cooperativa dos Transportadores de Animais do Estado, Cooperativa dos Transportadores de Animais de Pequeno e Médio Porte, SINDIGRÃO, FRIGODEZ, enfim, são doze entidades que assinam. Estou levantando este questionamento, Deputado Chicão da Silveira, primeiro porque Vossa Excelência representa nesta Casa a agricultura. A grande maioria dos Deputados é ligada diretamente ao setor produtivo e todos nós do Estado clamamos por uma matriz econômica diferenciada que não seja essa do contracheque. E de onde é que tem que vir? Do setor produtivo. Mas nós não tomamos as providências necessárias. Quando dizemos nós, que também assumo uma mea culpa, apesar de estarmos aqui diuturnamente falando sobre esse assunto, tratando sobre os projetos que devem melhorar a vida do nosso povo, e o Governo do Estado não olha com bons olhos o setor produtivo, porque sabe que com o setor produtivo forte o povo fica sem a necessidade dessas amarras das assistências. Essas questões e outras como o zoneamento ecológico estão prontas na mesa do Governador e não vêm para esta Casa para aprovação. Essa lei é necessária para depois do zoneamento ecológico vir essa lei das terras, que é a questão de regularização das terras fundiárias, que é um imbróglio de proporções desconhecidas. Só conhecida por uns, porque venderam as terras do nosso Estado e o que é pior, ninguém foi preso por isso, mas deverá ser pela Polícia Federal, Ministério Público Federal, Supremo Tribunal Federal, que dá autorização para prender quem está no mandato e presidiu o ITERAIMA e que vendeu essas terras. O povo clama por essas providências.

Esse assunto, Deputado Chicão, é de extrema relevância, ele diz respeito a todo povo do nosso Estado porque nunca vai ter um setor comercial forte, um setor industrial forte, se não houver produção. Nós não suportamos mais viver em Roraima comercializando produtos que são produzidos em outros estados da federação, ou seja, o nosso dinheiro todos os meses vai para fora. Por isso que peço que Vossa Excelência tenha um pouco de paciência, em nome do Poder Legislativo e em nome do povo do Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço**. – Deputado Brito, em 2011 já era iminente esse anúncio, porque o colono não tem frigorífico para guardar a vacina numa temperatura ideal, A ADERR no interior não tem, nem em Boa Vista tem, e olha a disparidade, Deputado, enquanto a Secretaria de Agricultura tem 87 milhões, a Secretaria Promocional tem 167 milhões para fazer brindes eleitorais, o setor produtivo fica nos amargos e escassos recursos. É só comparar o orçamento da ADERR com o orçamento da Primeira Dama, e compare o crime que este Estado está passando, praticado pelo Governador Anchieta. O setor produtivo prejudicado, penalizado, por falta de transporte desse gado, e todos estão pagando caro, e vão continuar pagando, porque neste ano não existe mágica para erradicar uma epidemia em curto prazo. Obrigado.

O Senhor **Brito Bezerra** continua. Obrigado, Deputado Gabriel Picanço. Só para ressaltar: são 45 milhões de reais que deixam de entrar por ano por falta dessa comercialização dos bovinos no Estado do Amazonas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**. Eu costumo ser justo nas minhas colocações e ponderações. Recentemente estive participando de uma reunião com o pessoal do setor produtivo, onde a Diretora Presidente da ADERR praticamente foi execrada, massacrada nessa reunião, porque não tinha cuidado da questão do controle da febre aftosa. Enfim, confesso a você que a presidência da ADERR, a Doutora Roserayna não tinha muito a fazer, porque o Governo do Estado não dotou a Agência de Defesa dos meios necessários para que ela pudesse incrementar essa questão. Acho que ela foi até injustiçada por aqueles produtores que estavam lá. Ela não tinha veículos, não tinha como informatizar os escritórios, não tinha como ter a papelada que o Ministério da Agricultura exige, enfim, como ela pode dar conta se o Poder Executivo não faz os investimentos necessários. Isso não depende só da pessoa que esteja lá à frente do órgão. Se trocar a Roserayna por quem quer que seja e o poder executivo não dotar a Agência de Defesa dos meios necessários, também não vai conseguir resolver. Isso é uma questão de Estado. É preciso que o Governo do Estado olhe com muita responsabilidade e faça os investimentos necessários, senão não vamos sair nunca da questão do alto risco de febre aftosa, e vou lhe dizer, o quadro é pior: se o Estado do Amazonas sair de médio risco para baixo risco, mesmo com vacinação e quarentena, não vamos conseguir exportar de jeito nenhum, vamos ter que comer essa carne por aqui mesmo. Vai ter excesso de rebanho. Quem nunca comeu carne agora vai poder comer.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. Agradeço o aparte de Vossa excelência e digo que em momento algum eu critiquei a Doutora Roserayna, porque um carro não anda sem combustível. Ela precisa de condições de trabalho. O problema é de gestão, por incompetência do Governo do Estado, por falta de envio de recursos para a ADERR para operacionalizar essa agência que tanto necessitamos para ter um Estado forte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Naldo da Loteria**. – Senhor Presidente, Senhores Deputados. Deputado Brito, só para ilustrar essa história da ADERR, os próprios pecuaristas foram irresponsáveis na questão da vacinação. Hoje o que está acontecendo aqui são os frutos dos próprios fazendeiros, que forneciam a guia de seus animais para outros que não vacinavam. Há grandes fazendeiros que nunca vacinaram nenhuma reia, porque era obrigação do governo, e hoje estão pagando na pele. Mas, quero dizer que não existe nenhum fazendeiro que não possa vender carne mais barato, isso é igual à questão do arroz. Todos os arrozeiros querem incentivos, mas temos o arroz mais caro do Brasil. O arroz do Rio Grande do Sul chega mais barato aqui do que o arroz produzido aqui em Roraima, e o arroz de Roraima chega mais barato em Manaus. Então o incentivo é dado, mas a população tem que receber de volta dos empresários esses incentivos. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. Deputado Naldo, quero dizer para Vossa Excelência que entendo isso perfeitamente. Esses falsos produtores que não vacinam devem ser penalizados, mas 80% dos que produzem carne em Roraima são pequenos produtores; 20% são grandes produtores, e são poucos dos grandes que não vacinam. Eu concordo com Vossa Excelência e acho que devem ser penalizados. O que quero dizer é que o Estado de Roraima está num processo de retaliação profunda: primeiro, a proibição do garimpo; segundo, a expulsão dos arrozeiros das áreas cultiváveis; depois, a demarcação e homologação com mais de 71% do nosso Estado com terras que não se pode produzir; depois, a produção de frutas que foi assustada com o ácaro vermelho, mosca da carambola e sigatoka-negra. Enfim, com todos os males e pragas que o setor produtivo foi assolado, agora vem a questão da pecuária, que está sendo assolada. Os maus presságios que foram ditos pelo Deputado Gabriel, no sentido de alertar o governo, o que aconteceu com a febre aftosa, desde 2011, eu fiz com a questão da piscicultura. Se houver um problema sanitário na cadeia produtiva da piscicultura, vamos ter o mesmo problema que tivemos na agropecuária. Aí quebra de vez o setor produtivo do nosso Estado que só tem esses dois únicos arranjos produtivos consolidados, inclusive Vossa Excelência, Deputado Chicão que é um dos maiores produtores de peixe no Estado de Roraima. É essa preocupação que trago à Tribuna e levo até Vossas Excelências, para que juntos possamos tomar providências e não sermos tão criticados como inertes e subservientes à política palaciana, que só vem desgastando e maltratando o nosso povo de Roraima. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** – Bom dia, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Nesta manhã tenho um assunto pertinente, mas vou entrar na discussão de há pouco, porque é um enfoque parecido com o do Deputado Naldo. Quero dizer, Deputado Brito, que me impressiona a sabedoria dos empresários, são homens trabalhadores, mas a gente vê nos outros estados, até na feira popular, que quando chega ao meio dia os preços caem. Muita gente

chega ao final da feira porque quer comprar mais barato. Pessoas humildes vão até a feira nos outros estados do Brasil, porque o maço de cheiro verde que custava um real passa a custar 0,10, 0,15, 0,20 centavos, mas eu não vejo isso aqui, só vejo setor produtivo. Parece que aqui em Roraima todo mundo é do setor produtivo. Não têm funcionários, não têm pessoas que consomem esses produtos, porque é uma preocupação enlouquecida. É a população que consome? Será que ela também não merece o desconto que o governo dá a esses empresários? Ontem ouvi um empresário dizendo que o prejuízo dos empresários foi de sete milhões de reais, mas eu não vi nenhum açougue da cidade colocando promoção de carne para que fosse objetivado esse prejuízo. O boi continua no pátio. A mesma coisa o arroz. Eu não vejo a população de Roraima ter esse benefício, porque se realmente o empresário tivesse prejuízo, estaria vendendo mais barato. Eu quero que alguém diga qual o açougue que está vendendo a carne mais barata.

Com relação à ADERR, quero dizer que ela ia muito bem obrigado. O Secretário Rodolfo ia tocando a ADERR muito bem e aqui nesta Casa o nome dele foi vetado. Então, nós compartilhamos também com o desando da ADERR. A ADERR vinha cumprindo suas etapas e foi vetado o nome do Secretário Rodolfo.

Então, quero deixar registrado também que nós, Deputados Estaduais, participamos desse caminho tortuoso que hoje vive a ADERR. Temos que ter a humildade de reconhecer. Eu espero que, se o nome do Rodolfo vir para esta Casa, a gente possa ter uma preocupação com o setor produtivo, porque eu quero deixar também registrado. Eu me preocupo com o setor produtivo, mas eu vejo que não é só o setor produtivo que produz riqueza neste Estado, o servidor produz, o cidadão produz porque ele consome. Então, o setor produtivo também tem que ter esse contraponto, senão o nosso Estado não vai a lugar nenhum.

Essa era a minha posição com relação ao discurso de agora há pouco.

Quero também, nesta manhã, lembrar de uma notícia que eu vi na folha de Boa Vista ontem, dizendo que pela primeira vez o PT pode eleger um governador no nosso Estado. Quero dizer que esse PT em 2002, inclusive eu ajudei o Deputado Flamarion a ser Governador, e esse mesmo PT, quero lembrar aos Senhores, abandonou o Deputado Flamarion. Vou ler um trecho da Folha contendo o que disse o PT naquela época, Genuíno Neves: “O Presidente Nacional do PT José Genuíno mudou o tom. Ontem abandonou a defesa pública do Governador de Roraima Flamarion Portela e disse que o destino de cada um, inclusive de Portela, está selado na investigação da Polícia Federal”.

O Presidente do PT estava se referindo à apuração sobre os envolvidos ou não, no caso do escândalo dos gafanhotos. O esquema começou a ser investigado em setembro de 2002, quando a folha divulgou a existência dos gafanhotos. “Funcionários fantasmas que comiam o pagamento do Estado. O esquema desviou 230 milhões das verbas públicas”. Isso dito pela folha. Não tenho elementos para fazer acusação ou defesa do Governador, mas eu digo que o PT não vai carregar ninguém no colo. Não vai comprometer seu patrimônio histórico, não será conivente com nada que contraria a ética, declarou Genuíno.

“Segundo Genuíno, a direção nacional do partido está em contato permanente com o PT em Roraima para acompanhar o desenrolar das investigações, o resultado delas no quadro político, entre os quais a possibilidade do Flamarion Portela deixar a legenda, o qual se filiou em 18 de março em Brasília, na presença do Ministro José Dirceu. Flamarion Portela, eleito vice-Governador de Neudo Campos, assumiu o Governo em abril de 2002, quando o Neudo se desincompatibilizou para concorrer ao senado. Neudo não conseguiu se eleger, mas Flamarion foi reeleito Governador no segundo turno”.

Ora, a história do PT em Roraima é velha, não foi só de abandono ao Deputado Flamarion não. A história do PT é também uma história de descaso com as terras de Roraima, com o INCRA, com a FUNAI com o IBAMA. Há pouco o Deputado Brito falou do palácio, mas ele se esqueceu de mencionar o grande entrave do setor produtivo de Roraima. Para muitos dos senhores que estavam aqui, parece que é o governo do Estado que não deixa o povo trabalhar. Ora! Esse governo do PT é que está cada vez mais engessando o Estado de Roraima. São novas reservas, são situações colocadas com relação à produção de álcool. Gostaria muito que a cana fosse produzida no nosso Estado, porque é uma cachaça de boa qualidade, mas hoje o nosso Estado não pode produzir cana, devido o possível e o impossível que esse governo do PT faz para inviabilizar a produção na Amazônia, principalmente nos nossos lavrados.

Então, quero dizer aos Senhores esse registro, que talvez a Folha de Boa Vista tenha tido amnésia, mas nós já tivemos o governo do PT e eu duvido que a Senadora Ângela consiga fazer o que o senador da gema do PT pode fazer com o nosso Estado. Eu tenho certeza que dói o coração dela todas as vezes que vem mais fechamento de reservas, mais impossibilidade

de produção, mais amarras na nossa Amazônia. Eu sei que dói porque ela não é um petista como eles dizem o petista histórico. Nós vamos ver um petista histórico, se o Nagib virar senador. Ai sim, vamos ver o que é um petista. Vão ser mais demarcações, mais reservas. Ai sim, Deputado Brito, Vossa Excelência vai ver o que são amarras no Estado.

Então, quero deixar esse registro porque as marcas que o PT deixou no nosso Estado são marcas muito doloridas. São marcas que estão, a cada dia, impossibilitando o nosso Estado, e digo mais, este governo que está aqui é um governo que tem tido coragem. Se o Governador Anchieta não fosse para cima, talvez o pouco que foi feito não tivesse sido feito nada. O ex-governador e hoje Deputado Flamarion Portela sabe o que é governar com a oposição disposta, de todas as formas, a arrancar o seu mandato. Ele sabe o que é isso. É doloroso, você não tem paz, e olha o resultado. O resultado do final deste governo, Deputado Zé Reinaldo, serão RRs asfaltadas, asfalto de boa qualidade e estradas. Isso é importante. A própria BR, pode-se dizer que usa recurso federal, mas vejam a qualidade do asfalto que estão colocando lá. Hoje nós estamos produzindo soja com possibilidade de no ano que vem duplicar esse valor, então ninguém pode dizer que este Estado abandonou alguém. Eu ouvi várias vezes o setor produtivo dizer que este Governador é o melhor Governador que o Estado já teve, mas aconteceu esse problema da aftosa e tudo mudou. Então, eu quero dizer que é importante a cobrança da oposição, mas é importante a oposição oferecer oportunidade para que o melhor seja efetivado para o nosso Estado. O nosso Estado é o mais pobre da federação e precisa que nos unamos para que possamos governar. É preciso que situação e oposição, após as eleições, se unam para governar. Eu ouvi o Deputado Ionilson falar que precisa de apoio, porque sem condições não tem gestor que faça alguma coisa. Tem! Olha o exemplo da nossa cidade. Há pouco menos de dois anos a nossa cidade estava acabada, olhe a nossa cidade! Gestão faz a diferença! Tem prefeitura que tem dinheiro e não acontece nada, é preciso que tenha coragem. É sabido que o nosso Estado precisa ter uma alternativa e esta alternativa está sendo construída, e para que isso aconteça precisamos da ajuda dos nossos colegas de oposição. Não é pegar um fato como esse da aftosa e venha manifestar de forma que ainda fique pior. Isso não pode ser feito.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela**. – Eu vou esclarecer sem entrar em maiores detalhes. Nunca Vossa Excelência deve dizer que não houve ajuda por parte do Governo Federal, porque nunca um Governo ajudou tanto o Estado de Roraima como o PT. Nós já somamos alguns bilhões de reais a fundo perdido para o Estado de Roraima e é tanto verdade que hoje nós estamos com menos de 50 dias de exercício de 2014, e o Governo já liberou, a fundo perdido, duzentos e quarenta milhões do PAC para esgotamento sanitário, e cento e trinta milhões para energia, e amanhã vão ser licitados sessenta e cinco milhões para esgotamento de águas fluviáveis, com zero de contrapartida do Estado, porque geralmente Vossa Excelência sabe disso, é de 10%, no mínimo 3%. Então, o Governo do PT é o Governo que mais ajudou Roraima. Tanto é que um grupo de Deputado aqui foi ao Senador Romero Jucá pedindo vinte milhões de emendas. Tanto é, Senhor Deputado, que as obras de energia elétrica vão liberar de 40 a 60% do material entregue ao Estado para que essas empresas possam ter esse adiantamento financeiro. E eu adianto a Vossa Excelência que tem laranjas de deputados no meio desses milhões. Então, só quero alertar Vossas Excelências que o jogo político vai começar e teremos que conviver aqui harmoniosamente, respeitadamente, porque senão isso aqui vai virar um inferno. Vossa Excelência não vai querer levar desaforo para casa, eu não vou querer também, e nós vamos guerrear à toa. O povo é quem vai decidir: se o povo quiser o que está aí, está; se o povo quiser mudar, tem agora a oportunidade. É só isso e nada mais, Deputado. Está muito cedo! O primeiro dia que Vossa Excelência vai à Tribuna já é para atacar o PT, para dizer essas coisas! Se for para lembrar, Deputado George Melo, lembro-me de Vossa Excelência fazendo denúncias gravíssimas contra a Prefeita Teresa Jucá. Tanto é que ela responde até hoje no Tribunal de Contas, através do Senador Mozarildo. Tenho isso guardado lá em casa, a denúncia da Orla. A política, Deputado George Melo, é dinâmica. Vossa Excelência já apoiou meu governo, amanhã pode está apoiando outro. A política é dinâmica por que a vida é dinâmica. Vossa Excelência está relembrando coisas de dez anos atrás, então, estou relembrando Vossa Excelência para que a gente possa enfrentar o processo político de forma respeitosa e harmoniosa. A Ângela ainda não está oficializada como candidata, mas é legítimo o PT ter um candidato a governo em Roraima, como é legítimo o PDT, isso é a democracia. Se não tiver nem como concorrer, vamos sair da democracia para um império, uma ditadura, para uma coisa indevida. Só quero fazer esta lembrança a Vossa Excelência e digo mais, vou ter coragem de dizer isso aqui de forma pública, pois tem nego que diz que é laranja e fala que vai pegar os 60% para o material e não vai nem fazer a obra. Então, se é para jogar vamos jogar, mas, se for para respeitar, vamos respeitar. Obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** continua. – Deputado

Flamarion, tenho visto Vossa Excelência ocupar esta tribuna e bater para sair sangue, agora o PT não pode apanhar aqui da tribuna. Ninguém pode discordar do PT, ninguém pode falar mais nada. Quando Vossa Excelência bate no governo, para mim não é pessoal, Vossa Excelência está exercendo sua condição de deputado, pois o deputado é um fiscalizador e tem que fazer isso. Tenho dito isso e tenho acompanhado o Deputado Brito, Vossa Excelência, o Deputado Soldado Sampaio. Tenho dito várias vezes aqui que são deputados atuantes, agora, nós não podemos bater no PT. Nós não podemos falar que o PT faz esse trabalho de inviabilizar o Estado. Eu não posso falar isso aqui. Democracia é você poder colocar. Todas as vezes que Vossa Excelência fala do Governo do Estado eu ouço e anoto pois acho que pode ser construtivo. Muitas vezes me manifesto. Agora, no dia em que um deputado não puder vir aqui falar do PMDB, do PT ai sim acaba a democracia e nós vamos viver num outro modelo de governo. Então, eu quero deixar registrada com toda a sabedoria a forma como o PT vem sangrando o nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Zé Reinaldo**. – Quero tecer alguns comentários a respeito da fala do Deputado George Melo. Quero dizer, Deputado, que o símbolo da justiça é a balança. E ela tem ao seu meio uma estrutura que dá o equilíbrio. Eu vejo quando Vossa Excelência traz essa discussão, não apenas em defesa do Estado, mas do processo político. Eu me surpreendo quando vejo que um dia aqui se diz uma coisa no outro dia se diz outra. O que eu vejo não é um ataque ao PT. Eu quero me referir ao que foi dito em relação ao que o PT faz em mandar recursos para Roraima. A última atitude que o Governo Federal tomaria como decisão de aniquilar de vez este Estado seria não cumprir com a constitucionalidade. Era não fazer os repasses oriundos do que é constitucional, não cumprir o seu papel de Governo Federal. Todos os Estados da Federação, não só o Estado de Roraima, dependem do Governo na sua participação de recursos. E a palavra mais forte que marcou a humanidade e tornou um homem humilde o grande exemplo foi segregação. Talvez para muitos não doa tanto essa palavra. Doa mais para você que é um legítimo macuxi. Dói no sangue saber que ações do governo federal neste Estado separaram famílias. Colocaram pais distantes de filhos, mulher distante de marido. Então, diante do que esta Casa se discute eu continuo parabenizando o Deputado Erci pelo tom do discurso que ele começou. Nós sabemos que vamos viver um momento político, mas quem começou os ataques não foi o PSDB, quem começou os ataques foi à oposição. Ontem o Deputado Gabriel trouxe para o debate todos os assuntos em cima da pauta que o Governo leu aqui. É um direito do Deputado, seja ele de qual partido ele pertença, principalmente da oposição, que tem como principal função mostrar o lado ruim da moeda. E com essas discussões que nós estamos fazendo agora, nós temos que entender que nós podemos manter o equilíbrio ou pender a balança para o lado maior. E é dessa forma que nós temos que abrir um entendimento nesta Casa. Agora, deixar de mostrar a verdade, nós não podemos fazer. Ontem eu fiz isso num determinado momento porque senão vai ficar marcado para sempre, como sendo da nossa parte, de defesa a quem tanto fez pelo nosso Estado em todas as categorias, principalmente na classe produtiva do Estado de Roraima. Infelizmente, a gente não pode fazer tudo, mas o que pudemos fazer foi além do que muitos mereceram. Então, parabenizo Vossa Excelência. Parabenizo o Deputado Flamarion também quando ele faz a defesa da sua linha de pensamento. E é bonita a discussão no parlamento, mas que tenha equilíbrio. Agora se pender para um lado a gente vai ter o lado maior para defender.

O Senhor Deputado **George Melo** continua. – Parabenizo Vossa Excelência pelas palavras de sabedoria e gostaria de deixar registrado que o bom debate sempre estará nesta Casa, pois esta é uma Casa democrática e as respostas virão à altura. Então, eu quero dizer que na manhã de hoje o nosso trabalho é de estar próximo à população, pois temos uma responsabilidade muito grande este ano devido ao período eleitoral. Temos a missão de orientar o nosso eleitor e buscar o melhor para o nosso Estado. Eu espero que a oposição continue sempre com este trabalho maravilhoso, pois é assim que a democracia sobrevive. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, Senhoras e Senhores Parlamentares, plateia, de forma geral Servidores desta Casa, imprensa, Senhoras e Senhores aqui presentes. Em nome do Senhor quero dar boas vindas a todos. Iria iniciar meu discurso falando da queda da presidente do Brasil Dilma Rouseff. Mas vou mudar de assunto, devido aos debates que já houve sobre este assunto e eu não vou entrar nessa questão de dizer que o partido a ou o partido b é melhor do que o outro. Eu acho que quem vai decidir o que é melhor para o Brasil é o povo desta Nação. Por isso eu vou voltar para o meu trabalho e prestar contas ao povo do meu trabalho.

Senhor Presidente, apresentei Moção de Apoio para o Presidente Chico Guerra, que já foi lida pelo Primeiro Secretário em exercício, Deputado Gabriel Picanço. Também quero parabenizar todos os repórteres pelo dia do Repórter, 16 de fevereiro. Então, a você repórter da imprensa que, às vezes, sai em luta de dias melhores com a sua profissão, com dignidade e respeito,

quero estender a todos vocês repórteres a presente proporção de felicidade. A todos da imprensa, de forma geral, deixo aqui meus pêsames à família do Santiago, do Rio de Janeiro, que foi morto através de um ato de terrorista. Eu sei que a família da imprensa brasileira ainda está em choque com este fato. Uma pessoa que pega um microfone e sai às ruas arriscando a sua vida em busca de informações, às vezes, em meio de rojões, bombas, merece o nosso respeito. A justiça, imediatamente prendeu os dois autores e, com certeza, vai dar uma resposta à sociedade brasileira. Então, fica o registro de solidariedade e pêsames à família. Estou entrando com uma Moção de Pesar à família Santiago. Mesmo sendo do Rio de Janeiro, mas foi um fato triste que chocou o país, pois vida nenhuma pode ser tirada no exercício de sua profissão de forma violenta, e muito menos com atos terroristas. Eu acho que Roraima também é Brasil e aqui têm grandes profissionais. Eu acho que vocês merecem o respeito da sociedade. O direito legítimo de expressão é da imprensa. Não é o presidente, o governador, o prefeito que é a maior autoridade, mas a imprensa, como um todo, e tem que ser respeitado o seu legítimo direito de expressão. São representantes do povo brasileiro que, diferente do policial, não têm uma arma para se defender. A arma dele é uma câmara, um microfone, um gravador, para dar notícias à sociedade. Então, fica o meu registro. Não poderia deixar de fazer isso. Nós estávamos de recesso. A abertura do período foi na segunda-feira com a leitura da Mensagem Governamental. Ontem, na primeira Sessão eu não poderia deixar de apresentar esta Moção. E nem deixar de dar apoio ao amigo e Deputado Chico Guerra, com uma Moção de Apoio ao colega Parlamentar. Então, isso para nós é motivo de gratidão e respeito

Eu quero dizer que este ano é um ano político. Como bem disse o Deputado Zé Reinaldo e o Deputado Erci de Moraes. Os ânimos vão se acirrar mesmo, pois cada um quer mostrar que é melhor. Então, eu acho que com respeito, dentro da linha de respeito, vale tudo. Se baixar o nível, eu acho que a sociedade não espera isso, pois ela está cansada de tantas acusações e mostrou isso o ano passado se mobilizando nas ruas. Hoje na Turquia e na Rússia foi dito que um dos maiores movimentos de mobilização que está gerando polêmica no Brasil e no mundo foi o do Brasil o ano passado. Hoje eu vi uma entrevista do Presidente da Turquia pedindo para que parassem com as brigas. Vi o discurso do Maduro ontem e vi também a intervenção do Presidente dos Estados Unidos pedindo para liberar o opositor contra o Maduro, na Venezuela, para que o soltasse, porque ele estava nas ruas brigando pelo direito de democracia. Ontem em Caracas, Maduro, líder da situação, convocou o seu povo. E quem assistiu ao noticiário viu cento e poucas pessoas hoje na Venezuela agredidas, inclusive gente morta. Então essas situações têm que ser tratadas com responsabilidade. Sempre fiz parte dos movimentos. O Deputado Soldado Sampaio sabe disso. Particpei da greve da PM e dos policiais civis, dando apoio naquela época. A greve é um direito legítimo, mas tem que se respeitar a sociedade.

Mas, Senhor Presidente, pegando um gancho do pronunciamento do Deputado Gabriel Picanço, quero informar que, no último domingo, foi inaugurado mais um asfaltamento da Vicinal do Roxinho, onde a empresa Coema e outra empresa foram os responsáveis pela obra. Foram trinta quilômetros de asfalto que custou aos cofres públicos treze milhões e 600 mil reais, os quais foram fiscalizados pela CEIF do DENIT, pelos órgãos de controle do TCU e do Ministério Público. Então, a gente quer deixar claro isso também, pois amanhã vão dizer que o asfalto que foi feito no Roxinho e na Serra Grande é igual ao do sul do Estado, é o sorrisal.

Eu fiz questão ontem, atendendo um pedido do Deputado Gabriel Picanço, de ir até o secretário verificar suas denúncias. É o papel dele. Nem tudo está às mil maravilhas. Sempre digo isso aqui, e talvez, em cima dos erros a gente procure os acertos. E o secretário me disse que a obra foi começada e terminada dentro do prazo previsto de 180 dias, e só houve uma paralisação durante sua trajetória, onde se verificou que foi através de um alvará que tinha que ter a permissão do meio ambiente, e depois de cinco ou seis dias retornaram ao trabalho. E no último domingo o Governador Anchieta e toda a sua equipe foram entregar isso para a sociedade de Mucajaí, fazendo ali a contrapartida ao Alto Alegre. Vi a entrevista de pessoas daquela localidade, principalmente da dona Maria, que disse que sua filha saía de casa, às vezes, 11 horas da manhã para chegar à escola duas ou três horas da tarde. Ela ficou muito feliz quando viu sua filha sair de casa uma hora da tarde, e chegar à escola uma e meia, uma e quarenta. É gratificante o reconhecimento da sociedade. Esse é um trabalho de um governo que tem mostrado para que veio. Eu vi o depoimento de vereadores de oposição daquele município, de Iracema e de Alto Alegre, que foram lá e falaram que não votaram no Governador e nem fizeram campanha para ele, mas viram um asfalto que deu respeito e dignidade para o povo de Mucajaí. Esse sim é um reconhecimento de um trabalho do Governador do Estado.

E o mais, Senhor Presidente, eu quero agradecer as pessoas que aqui vieram, à assessoria desta Casa, à imprensa de um modo geral, porque sem a presença de vocês, sem o compromisso leal da imprensa para

conosco, nada disso funcionaria. Sem os funcionários desta Casa para nos dar apoio nada disso estaria acontecendo. Então, quero agradecer. Este ano é um ano político, ocorrerão muitos embates. Já deram entrada nesta Casa vários projetos de minha autoria, dentre eles a Moção de Apoio ao Deputado Chico Guerra, à criação da delegacia do DECINF, delegacia contra os crimes cometidos pela Internet; a criação de novas situações que dê respaldo aos depósitos feitos no banco. Também a criação da central de atendimento telefônico ao idoso e ao portador de necessidades especiais. Também um projeto das bicicletas que estão presas nas delegacias, pois não há mais nem lugar para colocar bicicletas. Estão no meio da rua pegando sol e chuva e o dono não vai buscar. Eu visitei em Fortaleza a penitenciária e aprendi que você tem que doar ou fazer leilão. O cara rouba a sua bicicleta e como é que você vai buscar se nem a nota fiscal você tem mais. Para pegar a sua bicicleta você tem que apresentar a nota fiscal para provar que é sua. É uma burocracia para você pegar a sua bicicleta de volta que é melhor comprar outra mesmo. E esta que está lá jogada doar para quem não tem. Doar para as instituições de caridade.

O outro projeto determina a fixação de placa de advertência em todos os estabelecimentos de Boa Vista sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes. O que é isso? Às vezes a gente vai ao motel, vai num bar, e não vê essa placa. Aqueles que têm consciência não deixam uma criança tomar bebida alcoólica. Esse projeto irá colocar em todos os estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e que não seja permitido por lei, às 22h, nenhuma criança comprar, consumir e que o estabelecimento tenha uma placa grande fixada proibindo a venda de bebidas alcoólicas ou exploração sexual tanto de bebida como de assédio sexual. Este projeto quando eu o coloquei, já é uma continuidade de um projeto federal que está parado na Câmara Federal para ser votado até semana que vem, exigindo placas de advertência em locais, sejam eles hotéis, motéis, bares, pousadas e etc. Esse projeto, pois quero aqui fazer jus que ele está sendo complementar, porque já existe nesta Casa, Senhor Presidente, o da ex-Deputada Marília Pinto, e quero parabenizar a Deputada que à época fez e precisava de um complemento devido às mudanças, e a tantas denúncias que houve de escândalos sobre o assédio sexual e exploração sexual. Então, ele está sendo adequado e mudado, conforme a lei estadual e federal. No mais eu quero dizer, Deputado Flamarion, que Vossa Excelência estava dando entrevista e dizer que é isso mesmo. Acho que no âmbito político pode ser partido A, B ou C, mas quem vai decidir é a sociedade. O debate eu acho que tem que haver, porque se não tivesse situação e oposição não tinha discussão. Então, quando se mostra o erro pode haver o acerto, junta e vai dar tudo certo. Se Deus quiser, cabe a cada um ser responsável pelos seus atos. Então, parabéns a todos os Deputados que mais uma vez vieram do recesso parlamentar e a sociedade, que merece mais atenção, pois nos pagam muito bem para representar a sociedade. Muito obrigado e bom dia.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Convido o Senhor Deputado **Soldado Sampaio** para usar do Horário de Liderança.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Eu vim usar esta Tribuna no horário de liderança da oposição a pedido de nosso líder, Deputado Brito Bezerra. Dentre outras coisas, de antemão, quero desejar sucesso ao Deputado Brito Bezerra pela condução este ano da liderança da oposição e também agradecer aos companheiros que compõem a bancada de oposição o apoio que tivemos em 2013, quando conduzi a oposição nesta Casa. Quero também agradecer o bom relacionamento que tivemos com os deputados da base governista, que em momentos de embates nós tivemos clareza de um posicionamento enquanto oposição e enquanto deputado que quer o bem desse Estado, às vezes, discordando da base governista, mas sempre mantivemos uma boa relação com cordialidade e respeito junto à bancada governista nesta Casa.

Eu quero, também, me reportar à fala do Deputado George Melo. Antes disso concederei um aparte ao Senhor Deputado Brito Bezerra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**. - Eu espero ser justo... Quando o Deputado falou sobre o Deputado Rodolfo, quem foi o Relator na Comissão para defender o Doutor Rodolfo aqui para ser Presidente da ADERR foi eu, e defendi com unhas e dentes, porque eu sei que ele estava fazendo um bom trabalho. Inclusive, um deputado da base me disse: "Como é que você vai aprovar um médico para cuidar de saúde animal." Eu até falei que ele iria trabalhar na preventiva. É melhor prevenir do que remediar. Quem votou contra o Doutor Rodolfo foram os deputados da base de Governo porque temiam que ele fosse candidato a Deputado Estadual, para não concorrer com ele, e para mandar um recado para o Governo do Estado. Então, foram os Deputados da base de Governo que derrubaram o nome do Doutor Rodolfo. Fora isso, ele vai voltar novamente para ser sabatinado para ser Presidente da ADERR, mas a nossa lei que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa diz que só pode presidir a ADERR, médico veterinário ou agrônomo. Será que vão mudar a lei para recepcionar o Doutor Rodolfo, porque quando ele podia vocês não quiseram, agora querem quando ele não pode. É uma incoerência tremenda! Outra questão que eu quero aqui rebater e dos produtores de arroz.

Os produtores de arroz não conseguem comercializar o arroz com o mesmo preço do que vem do Rio Grande do Sul, por que existe no nosso Estado uma coisa chamada anomalia tributária. Eles produzem, e a partir do momento que industrializam eles são taxados em 17% de impostos, e como somos área de livre comércio, na hora que entra do Rio Grande do Sul, 17% é creditado no comerciante que compra, ele ganha 17% a menos daquele que produz aqui, ou seja, o Sistema Tributário Estadual está prejudicando o produtor de arroz, por que estamos quebrando também o setor de rizicultura. Então, Vossa Excelência procure estudar melhor quando for falar de empresários. Pelo que eu pude entender o senhor disse que os empresários são culpados pelo desastre econômico do nosso Estado, e do meu ponto de vista... O Senhor José de Anchieta, durante esses 6 anos, capitaneou uma organização que eu considero criminosa, no sentido de deixar o nosso Estado em uma situação quase que inabitável. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. – Por não ter nenhum Deputado do PT aqui para fazer uma defesa legítima do partido, mas eu, enquanto base governista federal, enquanto do PC do B, que é considerado o avô do PT na história partidária do Brasil, e por fazer parte desde a primeira eleição do Presidente Lula... Estamos em 2014 afinados na reeleição de Dilma, não poderia me calar diante das injustiças cometidas pelo Deputado George Melo quando atribui ao PT todas as mazelas do Estado de Roraima. Não concordo! O que nós temos é um governo do PSDB, que é tão desastroso quanto foi o Governo do FHC, como é tão desastroso quanto outros governos do PSDB. Dizer que Roraima é abandonado pelo Governo Federal é uma inverdade. O próprio Deputado Flamarion, em poucas palavras, demonstrou que nesses 60 dias de 2014 o Governo Federal já transferiu para Roraima quatrocentos e vinte milhões a fundo perdido, sem contrapartida, através do PAC. Se nós somarmos nos últimos anos, 11 anos de governo Lula e Dilma, foram mais de quatro bilhões de recursos para Roraima a fundo perdido, e onde está esse dinheiro? Está nas 5 escolas técnicas que nós temos no Estado, na Universidade Federal de Roraima, que é uma grande universidade, que é quase uma cidade. Quem conheceu a Universidade Federal de Roraima na época do Governo FHC ver a diferença, tanto de curso como de estrutura física, sem mencionar aqui as universidades particulares, através do PROUNI e FIES. Temos hoje vinte e cinco mil universitários, sem mencionar a conquista da Minha Casa Minha Vida, que é um projeto federal, e você não ver nenhuma placa do Governo Federal, ou é a placa da Prefeitura ou do Governo Estadual. A agricultura familiar tem recebido benefícios do Governo Federal e outras linhas de crédito, mas o produtor não tem acesso por irresponsabilidade do Governo de Roraima em não regulamentar as terras de Roraima. Travou o desenvolvimento do pequeno produtor e está travando o agronegócio em Roraima. São apenas dados. Eu desafio qualquer Deputado governista, ou defensor do PSDB vir fazer o confronto dos Governos Lula e FHC. Temos uma conquista do PT, da Senadora Ângela, que é o Código Florestal, agora, por que não avançou o Código Florestal? Porque o Governo do Estado não fez seu dever de casa, e ainda não fez o zoneamento. Não manda para esta Casa! Então, são inúmeras conquistas feitas pelo Governo Federal. Sei que estamos em um ano político, que temos dois grupos colocados: um defendendo o FHC e outro defendendo um Governo progressista, que tem tirado 18 milhões de pessoas da miséria. É claro que o Governo do PSDB em Roraima tem um lado definido, vai apoiar o Aécio Neves. O próprio Senador Romero Jucá, que se diz base governista do Governo Federal, também tem um projeto específico para Roraima, e nós sabemos qual é, que é fazer de Roraima um Estado do Maranhão e implantar uma oligarquia. Agora a população está atenta, sabe qual a intenção e quais são as cartas marcadas, e vai reagir, como reagiu em 2012, elegendo vários prefeitos que eram da oposição do Governo Estadual. O povo está atento e sabe quem quer o bem de Roraima e quem quer se perpetuar no poder. A prova disso é onde estão os meios de comunicações do nosso Estado? Qual o grupo de TV que pertence ao PC do B ou ao PT, pertence ao...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela**. – Quero agradecer a forte liderança que Vossa Excelência teve aqui em 2013 nas trincheiras da oposição. Vossa Excelência que já demonstrou ser um homem determinado e coerente, pois sabe o que quer e aonde quer chegar, então, em meu nome, e em nome da oposição, quero agradecer a dedicação e a liderança da oposição no ano passado, muito obrigado!

Quero desejar ao Deputado **Brito**, que será nosso líder em 2014, que Deus ilumine seus passos e que permaneça sendo essa pessoa determinada e corajosa, e que com certeza vai conduzir a oposição com muita sabedoria. Mas, para que Vossa Excelência tenha essa sabedoria, continue sendo essa pessoa humilde que é, lembrando sempre de suas origens, porque quando isso penetra a gente pensa que é de lá que veio, e com certeza tem uma grande contribuição para a melhoria da qualidade de vida da sociedade roraimense. Que Deus o ilumine em 2014, que a gente marche junto defendendo os interesses da coletividade roraimense. Muito obrigado!

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Eu quero deixar

registrado um posicionamento do PC do B em Roraima sob a nossa liderança, assim como todo grupo de oposição, que tem um projeto claro para Roraima, um projeto de desenvolvimento que valoriza as pessoas, o agronegócio, a agricultura e os servidores públicos. Se a bancada governista quer trazer esse embate para a Assembleia, nós estamos preparados, temos dados que mostram claramente os avanços que nós tivemos no Governo Federal, os entraves que encontramos no Estado e a falta de compromisso por parte do Governo do Estado e desse grupo que está no poder. Está aqui o problema das terras de Roraima, está aqui o caso do IPER, a questão dos servidores públicos. Se for essa linha de discussão que temos nesta Casa, nós vamos travar, estamos preparados para isso. Então senhoras e senhores, tenho outros assuntos para abordar aqui, mas, em virtude do tempo, quero encerrar aqui esta discussão e na próxima semana vamos apimentar esse discurso e mostrar claramente quem quer o bem do Estado de Roraima, se é o Governo do PT, do PC do B, do PTC, do PP ou é o Governo do PSDB, que quer se aproveitar cada dia mais das riquezas do nosso Estado e deixar nossa população na miséria e ganhar as eleições, como em 2010, comprando voto. Que diga o TSE, o TRE e a Polícia Federal como se deram as eleições em 2010 no Estado de Roraima, em cima da miséria da população, comprando voto, enganando as pessoas de norte a sul no nosso Estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) - Não havendo matéria para a Ordem do Dia, passaremos para o expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Muito obrigado, Senhor Presidente. Só queria reiterar ao nobre amigo e irmão Deputado Ivo Som, já que ele tem uma facilidade muito grande de conseguir as respostas positivas da Secretaria de Infraestrutura, que traga, por favor, amanhã, informações de onde estão os quatro mil metros de pontes que o Governador falou aqui, que quero verificar *in loco*. Quero saber também da ponte do Rio Anauá, que são mais de cem metros de ponte, Deputado. O Vice-Governador foi lá, juntamente com o Governador, para resolver o problema e disse que iria resolver o problema, fazendo uma ponte emergencial, no entanto, a ponte não está sendo feita, a empresa está lá e fez apenas pilastras de concreto e daqui a dois meses o inverno começa. Infelizmente, Vossa Excelência não vai mais estar aqui na Assembleia para escutar os reclames da interdição da ponte que as águas irão levar. A ponte branca que está lá não foi licitada e nem foi feita tomada de preço. Isso não demora menos de 90 dias para ela ser homologada e não temos mais prazo. Então, o governo tem que tirar a carapuça, que está cobrindo um pedacinho mísero de asfalto, que são mais de quatro mil quilômetros de vicinais e estão todas com problemas na ponte, principalmente na região sul. Rogo e peço a Deus que o asfalto que ele está inaugurando não seja asfalto como da vicinal do Baliza. Muito obrigado e bom dia.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Deputado Gabriel, não tenha dúvida disso. Quando Vossa Excelência me falou da questão de apresentar algumas coisas que o Governo tem feito, imediatamente nós trouxemos a questão do Roxinho e não tenha dúvida que jamais irá ouvir da minha pessoa querer denegrir qualquer Deputado, muito menos a sociedade. Faço um convite ao Senhor, se quiser ir, a partir da 15h, não só vê a minha cobrança, como também se o Secretário não mostrar eu falo também, não tenha dúvida. Estive com ele na quinta-feira e estive ontem também. Não tenha dúvida que iremos pedir também não só o asfaltamento como também tudo o que foi cobrado. Nunca disse nesta Casa que o Governo é 100%, sempre há o que fazer e tenho dito: o que ele tem feito tem que ser mostrado. E através das denúncias de Deputados, mostrando os erros, nós vamos atrás dos acertos. Eu acho que o povo de Roraima tem que saber o que é ruim e o que é bom. Não tenho dúvida, Deputado Gabriel, não tenha dúvida, que nós vamos cobrar, vamos fazer, apresentar e dizer: pode não ser o melhor Governador, mas talvez não seja o pior, e tem feito inveja a qualquer Governo que passou, porque tem feito muito o Governador Anchieta.

O Senhor Presidente Deputado (**Chicão da Silveira**) - Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 20 de fevereiro, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Marcelo Cabral, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 20/02/2014

ATA DA 2282ª SESSÃO, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2014.
 47º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício).

Às nove horas do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e quatorze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima octogésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo sétimo

período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Coloco em discussão a Ata da sessão anterior, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata com retificação.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento s/n/14, de 26/02/14, do Deputado Brito Bezerra, sobre Comissão Especial Externa, para acompanhar a ação direta de Inconstitucionalidade (ADI 5006).

Requerimento s/n/14, de 25/02/14, do Deputado Brito Bezerra, solicitando prorrogação de prazo por igual período da Comissão Especial Externa.

Projeto de Decreto Legislativo, nº 002/14, que concede a comenda Orgulho de Roraima às mulheres que indica e dá outras providências.

Projeto de Decreto Legislativo nº 003/14, do Deputado Brito Bezerra, dispondo sobre a suspensão dos efeitos do contrato administrativo 016/13 realizado pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN-RR e a empresa SEGAULL Tecnologia LTDA e dá outras providências.

DIVERSOS:

Comunicado nº AL 000001/14, de 10/02/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Comunicado nº AL 000002/14, de 10/02/14, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Ofício nº 0026/14, de 20/02/14, da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, encaminhando anexos e relatórios de atividades das subcomissões especiais.

Era o que constava do Expediente.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Proceda à chamada.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Uso a tribuna por estar preocupado com a questão da regularização fundiária do nosso Estado. Creio que toda a sociedade está acompanhando o desenrolar dos fatos, e a cada dia a preocupação da Assembleia Legislativa aumenta. Especificamente, a nova legislação que vai disciplinar a regularização fundiária está tramitando nesta Casa: a Lei 009, que vai substituir a 738 deu entrada na semana passada. Ontem foi criada a Comissão para isso, e nós estamos com a responsabilidade maior, pesando sobre os nossos ombros, de trazer tranquilidade para o nosso Estado e segurança jurídica para os produtores. Com responsabilidade, deixar para este Estado um legado de que fizemos o trabalho correto, deixar para a sociedade roraimense que nós analisamos essa questão sem nenhuma paixão política. Obedecendo ao que diz o ordenamento jurídico do nosso país e do nosso Estado. Eu fui Relator da 738, ainda na legislatura passada, e, naquele momento, nós tentamos fazer o melhor possível. Fizemos a legislação do ITERAIMA, que é usada até hoje, mesmo algumas falhas, sendo questionada com ação direta de inconstitucionalidade. Ainda naquele momento eu disse que se nós aprovássemos na pressa, no aqodamento, se aprovássemos a 738 a toque de caixa, poderia ficar uma legislação imperfeita, posteriormente questionável. Fui Relator, e ainda assim tivemos o resultado de mais tarde haver questionamento do Ministério Público Federal, e hoje tramita uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Nem mesmo ordenamento jurídico que tínhamos, com suas imperfeições, foi obedecido pelos gestores do ITERAIMA. Não preciso nominar ninguém, porque até hoje estamos vendo matérias veiculadas no jornal de que há uma completa desobediência à lei 738. Não sabemos se ela vai ter eficácia porque está sendo questionada a sua constitucionalidade. Como não há, porém, uma decisão, deveria estar sendo obedecida. A nossa lei 738 não é de todo ruim, mas foi completamente desobedecida pelo ITERAIMA ao longo do tempo. Uma completa descrença por parte da sociedade. Não sei nem o que as pessoas fazem quando recebem o título por parte daquele órgão, seja rural ou urbano. Eu ouvi dizer que pessoas que recebem o título chegam a rasgar dizer que não serve para nada. É triste, mas essa é a situação. A Assembleia Legislativa, se

não fizer o dever de casa de forma correta, se não tiver a responsabilidade de corrigir essa legislação para ajustar a nova Lei que tramita nessa Casa, corre o risco inclusive de ser ridicularizada pela população deste Estado. A própria ação de inconstitucionalidade é um manual de instrução, dizendo que nesse ponto está errado, porque fere a lei estadual, esse ponto está errado porque fere a Constituição da República. Enfim, em algumas coisas nem sempre o Ministério Público Federal tem razão, mas há questões cruciais, Deputado Flamarion, nas quais erramos, não por má fé, porque o entendimento que fizemos da 738, era de que poderíamos dar aquele ordenamento jurídico, mas questões cruciais, que somam a alma da lei, estão sendo questionadas, o que não pode se repetir. Temos que fazer o nosso trabalho de forma serena, correta e sem nenhum aqodamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Remídio Monai** – Deputado Ionilson, é bastante oportuna sua colocação. Estamos vendo, a exemplo da Lei do DETRAN aprovada aqui, que às vezes a gente, para atender ao pedido do executivo ou de alguns técnicos do executivo, acaba sendo conduzido ao erro. Quero citar, além dessa lei do DETRAN, outra segundo o qual foram criadas e só umas taxas depois de aprovada, depois de consultar a sociedade, de conversar com as pessoas que representamos, é que a gente se dá conta do que fez. Outro exemplo é a Lei do cartório, na qual aprovamos umas taxas altíssimas, e hoje vemos o quanto está sendo penoso para população. Nós, aqui, temos essa responsabilidade; então hoje, essa Lei das Terras, pois concordo com Vossa Excelência, tem que ser analisada com carinho, porque amanhã estaremos visitando as pessoas no interior, e veremos aí que a sociedade vai se dá conta de que foi aprovada uma lei penosa, mas aí será tarde. Concordo com Vossa Excelência, temos que olhar com carinho essa questão da Lei das Terras, que está aqui para ser aprovada. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Remídio, pelas palavras. Vossa Excelência sempre medindo suas ponderações, o que nos auxilia muito, inclusive nesse momento, porque nos ajuda ainda mais a ter certeza de que Vossas Excelências estão cõscios de que temos que fazer isso de forma bem pensada, muito bem estudada. Eu tive um cuidado ao longo desse recesso, não escrevi nada ainda do meu relatório, mas procurei juntar o ordenamento jurídico que trata dessa questão para que nós todos possamos estudá-lo e encontrarmos o caminho legal, correto, evitando erros que foram cometidos quando da aprovação da Lei nº 738. Dei uma cópia para a Deputada Aurelina e está à disposição dos demais parlamentares que quiserem. Não tem nenhuma linha do Ionilson aqui. Eu comecei simplesmente juntando a 10.304, que é a chamada Lei Marluce, quando as terras foram transferidas para o Estado. Vi que de lá para cá, tudo o que saía a respeito de regularização fundiária: a 11.949, o Decreto 16754, que regulamentou isso e nos penalizou, inclusive. A Deputada Aurelina sabe bem disso porque estava em Brasília quando da regulamentação da lei que acabou nos engessando um pouco. Mas é a regulamentação. É o que nós temos. Nós temos que obedecer isso. Infelizmente, esse ordenamento jurídico tem que ser respeitado. A lei federal se sobrepõe a uma lei estadual. Nós podemos legislar concorrentemente, mas não podemos ferir uma legislação federal e, muito menos ainda, a Constituição Federal.

Eu vou conceder um aparte à Deputada Aurelina, mas antes o Deputado Brito já tinha me solicitado. Concedo um aparte ao Deputado Brito.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Deputado Ionilson, eu parabeno Vossa Excelência por trazer a esta tribuna um assunto de tamanha importância. Conversei com alguns operadores do direito no nosso Estado, inclusive os que atuaram no ITERAIMA, no Poder Judiciário, que advogam pela questão fundiária. Eles me disseram que Vossa Excelência estudou tanto que se tornou doutor na questão fundiária de nosso Estado. Todos nós presenciamos Vossa Excelência debruçada em cima da Lei de Regularização Fundiária ou dos Projetos de Lei de Regularização Fundiária, que já são quatro a virem a esta Casa, mas o Governo pediu novamente que retirasse. E Vossa Excelência, como relator desse Projeto de Lei tem sim que se debruçar e ter uma responsabilidade maior do que qualquer Parlamentar que vai votar. Por confiar em Vossa Excelência, pelo trabalho que tem feito, muitos Parlamentares irão votar com o Relator porque está imbuído de relatar esta Lei. Nós entendemos que, como Parlamentar, como cidadão, Vossa Excelência representa aqui o povo de nosso Estado. O Senhor está sensível à causa fundiária, àquele produtor que precisa produzir em nosso Estado. Agora, Deputado Ionilson Sampaio, com a certeza de todas as vossas convicções, eu também faço um apelo. Sensibilize-se, não deixe que esta lei aprovada venha regularizar esses pontos escuros, como a venda de terras públicas, a questão de pessoas que se apropriaram de terras, mas não são proprietários, nunca tiveram sequer a posse ou andaram em Roraima. Nós sabemos que isso é verdadeiro. Essa Lei não pode, de maneira alguma, dar direito a quem não tem. Nós sabemos que não pode. Então, confiamos em Vossa Excelência. Vamos trabalhar pela aprovação da lei, mas a oposição desta Casa está unida e coesa para se debruçar e debater à exaustão para que possamos aprovar algo que atenda realmente a demanda da classe produtora

de nosso Estado. E não fazer como essa lei do chip, que foi aprovada a toque de caixa e hoje causa muito problema para esta Casa Legislativa. Portanto, parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua. – Obrigado, Deputado Brito. Nós estamos abertos à colaboração de todos os colegas da oposição. Já fizemos algumas audiências quando o projeto anterior estava tramitando. Há alguma contribuição da própria sociedade, mas garanto que nós vamos fazer isso de uma forma muito responsável. O Governo do Estado tem colocado a PROGE conosco para discutirmos, tem dado o apoio necessário para que possamos fazer isso. Eu quase que diariamente, estou na Procuradoria-Geral do Estado. Eu queria fazer uma deferência especial ao Edival Braga, que tem me ajudado muito, inclusive, dando suporte jurídico, já que eu não sou do ramo. Ele tem sido muito cortês e tem me ajudado muito nesta questão junto à Procuradoria do Estado. E eu queria até fazer um agradecimento ao Tairone, Sergio Pillon e Doutor Aroldo Amoras por termos discutido esse tema, no qual já estamos trabalhando há bastante tempo para fazer uma legislação que atenda a sociedade roraimense, mas tenha segurança jurídica.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu tenho me mantido, de forma exagerada, calada com relação à lei de terras, tenho assistido discussões de certa forma boas e outras até irresponsáveis. Primeiramente, eu não acredito em leis que encubram o que não é legal, será que existe? Será que esta Casa é capaz de aprovar uma lei que vai legalizar um ato ilegal? Eu acho que isso não existe, se nós aprovarmos uma lei para encobrir uma ilegalidade, no outro dia... Nós não somos senhores da verdade, somos sujeitos ao judiciário como qualquer cidadão. Então, é muita inocência, ou muito interesse particular, cada um quer fazer um pedaço dessa lei para resolver seu problema, é isso que eu tenho assistido. Nós temos lei de terras desde 1998. A Primeira lei de terras, a 197 foi uma exigência. Antes de Roraima virar Estado, nós já tínhamos uma lei, depois, veio a lei 738, de 2009, que modificou a 197 para adequar uma realidade que era a transferência de terras da União para o Estado. Se houve fatos de gestão errada, a culpa não é da lei, a lei 738 não encobriu não! Tanto não encobriu que está dando problemas jurídicos. Hoje nós temos aqui tramitando outra lei, que parece que é o fim do mundo. Eu acho um desrespeito com o legislativo achar que vamos aprovar uma lei de terras para evitar colocar alguém na cadeia, porque crime cometido não vai ser Deputado quem vai evitar cadeia, nem lei aprovada nesta Casa. Se evitasse, o Ministério Público não estaria contestando a 738. Então, é uma discussão muito ingênua, pois me parece que os operadores de direito estão querendo fazer uma lei para atender interesses particulares. Isso, para mim, fere a responsabilidade da Assembleia. Aqui tem uma lei e esta Casa pode analisar, pode emendar, pode ver se está beneficiando alguém, e se tiver não vai evitar, porque a justiça nos fiscaliza, a justiça não dá nem aquilo que Deputado aprova de forma errada. Então, estão fazendo um cavalo de batalha... Até hoje eu fiquei calada por não entender, achando que isso iria acabar, porque é uma discussão até certo ponto irresponsável, que não leva à coisa nenhuma. Essa lei de terras do Estado existe desde 1998. Foi criada outra, adequando-a em 2009, que está sendo contestada pelo STF com uma ação de inconstitucionalidade, dizendo justamente que esta Casa aprovou uma lei errada. Nós estamos sob liminar para uma ADIN ser julgada dizendo que na Lei 738, cometemos erros. Os nossos erros não foram dar terras para “A” ou “B”, isso é uma questão de gestão, para isso não tem nenhuma lei. Quem está sendo contestado com a ADIN não é o Estado e sim a Assembleia, porque aprovamos uma lei errada. Então, a nova lei que aqui está não é para tirar ninguém da cadeia, não é para legalizar ato ilegal, porque o que é ilegal já está na justiça. Nós não vamos fazer nada para legalizar, até porque se fizermos ninguém vai dar bola para a gente. O que nós temos em nossas mãos hoje é uma lei de terras do Estado, analisada à luz do que está sendo contestado como inconstitucional. Estamos discutindo há mais de seis meses para não cometermos erros, por termos uma realidade diferente. Se houve erros na condução da gestão de terras do Estado, não foram cometidos por esta Casa, não feriu a lei 738. Porém, agora, esta Casa tem que adequar à nova lei do estado porque é responsabilidade nossa fazê-lo. Ninguém vai dizer aqui que a lei que vamos aprovar vai tirar A da cadeia ou vai colocar B na cadeia, isso não vai estar na nossa lei não. O que vai estar na nossa lei, é a condução da política fundiária e adequação à legislação federal, como a Constituição requer. Então, eu queria pedir que acabasse com o desgaste, para não ficarem achando que a Assembleia está querendo proteger alguém de alguma coisa. A Assembleia não quer prender e nem mandar prender alguém. Quando apura algo, ainda tem que pedir para o judiciário prender. Eu só queria pedir que nos debruçássemos sobre isso aqui, fizéssemos a lei que o estado quer, procurando não errar e fazer o melhor possível. E acabar com essa balela que tem rendido discursos politiqueros demais, pois tem chegado ao ponto de nos desgastar. A questão jurídica não é o legislativo que resolve, é o judiciário. Era isso que eu gostaria de dizer.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua - Obrigado Deputada! Vossa Excelência foi muito feliz na lucidez do discurso. Nós fizemos a Lei 738,

imbuidos dos melhores propósitos na legislatura passada e eu lhe digo, sem medo de errar, Deputada Aurelina, que muitos dos problemas que enfrentamos hoje são porque nem a Lei 738, com suas imperfeições, foi obedecida.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Flamarion Portela.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Flamarion Portela**.

– Deputado Ionilson Sampaio: primeiro quero de público reconhecer o laborioso trabalho de Vossa Excelência. Quantas vezes nós nos encontramos aqui no período de recesso e Vossa Excelência, na sala do João de Carvalho, buscando matéria, leis que regulamentem o assunto. E, antes mesmo de terminar o nosso recesso, Vossa Excelência me entregou um compêndio com toda a história cronológica desse processo de legalização fundiária. Talvez eu vá dizer algo que é exagerado, mas durante o período em que convivo aqui na Assembleia, eu nunca vi um Parlamentar se aprofundar tanto numa questão como Vossa Excelência se aprofundou. Realmente, Vossa Excelência abraçou esta causa, estudou com profundidade e está preparado para conduzir a relatoria desta matéria. Digo mais, com toda humildade para com os senhores Deputados, Vossa Excelência está em condições de nos subsidiar com elementos técnicos como já o fez; mas, mais do que isso, tem condição técnica de balizar, de conduzir nosso voto, principalmente pelo seu conhecimento e mais ainda pela responsabilidade e compromisso que tem com esta Casa, com este Estado e com essa gente. Precisamos realmente decidir essa questão com muita lucidez, muita clarividência e, oxalá, que Deus nos ilumine para fazer dessa forma, porque é algo decisivo para Roraima. Amanhã não estaremos mais aqui, mas o Estado permanece, amanhã não estaremos nesse poder, mas o poder permanece. Portanto, a responsabilidade que cai neste momento nas nossas costas é uma histórica, grandiosa, Deputado Ionilson Sampaio. Temos que ter a responsabilidade de conduzir esse desafio que nos é posto com muito equilíbrio, muita sabedoria e buscando essencialmente a justiça, a correção. A Deputada Aurelina foi super feliz, é uma pessoa, que nós sabemos, equilibrada e conhecedora desta matéria e tocou em pontos vitais. Não podemos confundir nossa conduta de legislador com erros administrativos, temos que separar isso. Não podemos procurar aqui legitimar aquilo que foi feito administrativamente de forma errônea. Se assim procedermos, estaremos indo contra nossa consciência, contra nossa paz interior e contra o futuro do Estado de Roraima, que é nosso, dos nossos filhos e será dos nossos netos. Temos a responsabilidade de transferir para as gerações futuras um Estado promissor, que dê esperanças a nossa gente. Portanto, quero mais uma vez louvar o pronunciamento de Vossa Excelência, enaltecer a sua capacidade de compreensão nessa matéria, louvar o posicionamento da Deputada Aurelina mais uma vez, pelo equilíbrio de sua fala e pela condução dessa matéria. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo**. – Quero parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento e dizer que as conversas que temos tido sobre esta matéria têm sido muito maduras; mas, entendo que já ouvimos todos os técnicos possíveis e imagináveis. Os grandes conhecedores dessa questão fundiária em Roraima foram ouvidos e a Deputada Aurelina colocou muito bem, mas não se entenderam, ora por vaidade, ora por questão de interpretação. Este Poder é soberano, já votamos inúmeros projetos que vêm com parecer contrário, inclusive jurídico, mas entendemos que deveríamos passar por cima do parecer jurídico, o fizemos muitas vezes. Então, gostaria de deixar registrado que, embora esta matéria seja uma matéria extremamente discutida, nós poderemos votar com o parecer jurídico, com o parecer do relator ou sem o parecer do relator ou sem o parecer jurídico, pois é uma lei perfeitamente viável para nosso Estado. Quero aqui também deixar registrado que a discussão já aconteceu, vem acontecendo e é preciso que sejamos agora neste momento, objetivos. Se esse projeto veio para ser votado favoravelmente, que se vote; se for para reprovar, que se vote. Se for para reprovar em parte, que reprovem. Acho que essa nossa grande ação é fazer esse projeto acontecer, porque já deu o que tinha que dar. Concorde com a Deputada, chegou a hora de encerrar que esse projeto tem que enfrentar o Parlamento, até porque já está maduro demais. Obrigado.

O Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** continua – Obrigado, Deputado George. Antes de dar um aparte ao Deputado Gabriel Picanço, gostaria de dizer ao Deputado George que o Governo enviou para cá um projeto de lei substituindo a Lei 738 e depois retirou; mandou outro, depois retirou; mandou outro e assim fez várias vezes. Já estamos na terceira versão substituindo a 738. Exatamente por já estarmos discutindo isso, poderíamos emendar simplesmente no Parlamento, mas por vezes o Governo achou melhor retirar e mandar um novo projeto, corrigindo alguns pontos que discutidos de forma técnica junto com o Leocádio com a PROGE. Mas, enfim, estamos agora nesta versão final. Agora a responsabilidade é de nós Parlamentares. Aqui cada cabeça é um mundo, temos vários pontos de vista, vamos ver quais, porventura, são divergentes e formar nosso juízo de valor. Nas próprias câmaras técnicas que fazíamos, havia ponto da legislação que não são consensuais porque permitem interpretações diferentes, porém legítimas. Penso que isso é assim, penso que isso é assado, vai caber a nós

decidirmos o que é assim e o que é assado. Esse momento realmente tinha que chegar, por isso estou municinando aos senhores da legislação federal e não de um pensamento meu. Quero ajuda dos senhores para fazer isso dentro da maior responsabilidade, conto com ajuda dos senhores, conto com a ajuda do Deputado Zé Reinaldo, que assumiu a presidência desta Comissão para discutirmos de forma serena e extremamente responsável como havia dito antes. Creio que iremos fazer isso, porque confio nos senhores e no trabalho da Assembleia Legislativa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Gostaria de parabenizá-lo pelo modo como vem conduzindo esse trabalho, a relatoria dessa lei que é tão importante para o Estado de Roraima. Que quando ela for aprovada, dê credibilidade àquelas pessoas que não acreditam nos papéis do ITERAIMA, nos títulos como Vossa Excelência falou. Essa discussão, Deputado Ionilson, é uma das mais importantes do nosso Estado, pois é daí que vai começar a andar com as próprias pernas, quando o seu povo estiver com as terras todas documentadas, prontas para produzir. Quero pedir apoio de Vossa Excelência, antecipadamente, ao projeto do Zoneamento Econômico e Ecológico, que é de extrema importância também para este Estado, pois sem ele o ITERAIMA não anda sozinho. Então, temos que agilizar e pedir o apoio da Presidência, que nos ajude a trazer esse projeto para a Assembleia para ser discutido e votado, permitindo assim que este Estado ande com as próprias pernas, com os próprios pés, porque é do campo que a gente vai viver, é do campo que vamos produzir e é o campo que está empatado com esses dois projetos, tanto o da lei de terras quanto o do zoneamento econômico e ecológico. Quero lhe parabenizar, Deputada Aurelina, pela fala, a senhora foi muito feliz quando disse que a lei que vai ser aprovada aqui não é para blindar A nem B. Vou dizer para Vossa Excelência que sou vice-presidência dessa Comissão, mas pela sua relatoria pode ter a certeza, pela condução que está tendo nesse tempo em que o projeto vem e volta, já vou adiantar meu voto e dizer que vamos votar favoráveis. Confiamos no seu trabalho que, acredito, é para o Estado de Roraima, não é para o senhor e nem para nós, é para o Estado de Roraima. Nós que vamos usufruir, nossos filhos, nossos familiares daqui a décadas ou centenas de anos. Parabéns e vamos ver se a gente consegue agilizar discutindo nas Comissões, prestando atenção nos pontos polêmicos, mas entrando num consenso para que possamos aprovar logo a lei das terras, que é de grande importância para esse Estado. Obrigado.

A Senhora presidente (**Aurelina Medeiros**) – Antes de anunciar o próximo orador, quero pedir à Comissão de Terras que convoque uma reunião e vamos discutir. Não estamos aqui fazendo nada de errado, temos a obrigação de analisar essa lei. Eu acho que estamos criando problemas, já chegou onde deveria, todo mundo já discutiu, já orientou. Cabe agora a esta Casa reunir, analisar o projeto. Peço à comissão que faça isso porque o Estado de Roraima realmente precisa da definição disso.

O Senhor Deputado **Ivo Som** – Bom dia, Senhoras e Senhores, minhas senhoras e senhores, imprensa, servidores desta Casa.

Dos trinta minutos que me foi dado, Senhora Presidente, não vou usar mais do que cinco. Serei breve, somente para registro. Não poderia deixar de falar dos projetos de minha autoria e também enaltecer o grande trabalho que vem fazendo o Governador Anchieta Júnior no que diz respeito a segurança do nosso Estado. Seria esse o meu tema de ontem, mas como o debate saiu um pouco da rotina, nós entramos no debate que hoje está na imprensa falada.

Senhora Presidente, quero parabenizar o Governador José de Anchieta, porque no ano de 2013, foram empossados mais de 600 novos PMs. Nessa última segunda-feira, tive o prazer de participar, no Corpo de Bombeiros, com o Comandante-Geral Leocádio, juntamente com o Comandante da Polícia Militar, Edison, do evento no qual o Governador fez uma grande palestra aos novos 300 PMs. Quase mil PMs vão estar nas ruas, fazendo a segurança do Estado. Estando lá, pude ouvir as vozes dos novos PMs, tanto da ala feminina como masculina, o grande reconhecimento ao Governo, que está preocupado com a segurança pública no Estado. Não poderia deixar de registrar, até porque participei de todo o evento, e, para nós, foi motivo de orgulho ver a nossa briosa Polícia Militar. Então, merecidamente, parabenizo o Governador e toda sua equipe e digo quem ganha com isso é a nossa sociedade.

No mais, Senhora Presidente, quero enaltecer a reunião de que participei com os amigos do banco, onde estou apresentando um projeto sobre o caixa eletrônico, para que sejam colocados nos terminais dispositivos para identificar envelopes vazios. Isso tem causado um transtorno muito grande aos bancos, pois pessoas de má índole pegam envelopes no banco, vão ao caixa fora do expediente e colocam o que se encontra vazio. Essa mesma pessoa passa um fax para uma empresa ou para a pessoa a quem tinha que fazer o pagamento, diz que mandou o dinheiro, gerando um problema muito sério aos bancos. Isso envolve dois funcionários do banco, e gera problema para o caixa responsável que tem que provar não ter dinheiro no envelope. Ontem, estive reunido com gerentes do Banco do Brasil, HSBC e Itaú, e eles me parabenizaram porque isso já deveria ter acontecido há muito tempo.

Esse projeto irá punir o banco para tomar mais cuidado em proteger esses envelopes, e aquele que infringir a lei, colocando envelope falso, tem que ser responsabilizado.

Outro projeto é sobre a disposição de bicicletas apreendidas pelos policiais civis e militares no Estado de Roraima. Já citei aqui que fui várias vezes em delegacias onde se encontram muitas bicicletas apreendidas. E, segundo o projeto, se essas bicicletas não forem retiradas em sessenta dias, serão doadas às instituições carentes, à cadeia pública, para que possam servir de algum modo à sociedade.

No mais, quero desejar uma boa semana de carnaval a todos. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais oradores inscritos, passaremos para a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalser Renier**) - Senhora Presidente, não há quórum regimental para deliberação.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo quórum regimental, transfiro a pauta da Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passamos para o expediente de Explicações Pessoais. Não havendo quem queira usar de Explicações Pessoais, dou por encerrada a presente Sessão e convoco outra para o dia 27 de fevereiro, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Soldado Sampaio e Zé Reinaldo.**

Aprovada Ata Sucinta em: 28/02/2014

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA,

REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às dez horas, no Plenário Deputada Noêmia Basto Amazonas, desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Zé Reinaldo. Com a presença dos Senhores Deputados Membros Titulares Aurelina Medeiros, Chicão da Silveira, Brito Bezerra e Flamarion Portela, Jalser Renier e Coronel Chagas. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A requerimento do Senhor Deputado Chicão da Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a a votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão.

Expediente: Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou em pauta as matérias: **Proposta de Moção de Aplaos nº 006/14**, de autoria do Deputado Ivo Som, “Pelo Dia do Repórter no último dia 16 de fevereiro.”; e **Projeto de Decreto Legislativo nº 002/14**, de autoria da Mesa Diretora, que, “Concede a comenda Orgulho de Roraima as mulheres que indica, e dá outras providências.” O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado Chicão da Silveira para relatar a **Proposta de Moção de Aplaos nº 006/14** e a Senhora Deputada Aurelina Medeiros para relatar o **Projeto de Decreto Legislativo nº 002/14**. Após as designações, o Senhor Presidente suspendeu a reunião pelo tempo necessário para que os Senhores Relatores emitissem os pareceres. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente constatou na mesa dos trabalhos as Proposições com os respectivos pareceres e os incluiu na ordem do dia desta Comissão. **Ordem do Dia:** **Proposta de Moção de Aplaos nº 006/14**. Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer do Senhor Relator foi aprovado na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Projeto de Decreto Legislativo nº 002/14**. Relatora, Deputada Aurelina Medeiros. Parecer Favorável. Não houve discussão. Submetido à votação, o parecer da Senhora Relatora foi aprovado na Comissão pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, constatando não haver mais nada a tratar, encerrou a reunião às dez horas e dez minutos. E, para constar, eu, Mirele Salvadori, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Zé Reinaldo

Presidente da Comissão

Aprovada em: 11/03/2014



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA
A Força do Povo

A Força do Povo
DO ESTADO DE RORAIMA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

PRAÇA DO CENTRO CÍVICO, Nº 202, CENTRO

